



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE BRASIL, BOLÍVIA E URUGUAI¹

Bárbara Canziani Kristensen²
Idorlene da Silva Hoepers³

RESUMO

Este artigo mostra os primeiros resultados da construção de um estado da arte realizado para compor uma pesquisa de dissertação em fase inicial, do Programa de Pós-graduação em Educação no Instituto Federal Catarinense (IFC), com o objetivo geral de analisar como as recomendações dos organismos multilaterais influenciam a elaboração das políticas educacionais de inclusão, em especial no Brasil, Bolívia e Uruguai. Partimos dos referenciais que explicam o uso dessa metodologia de pesquisa a partir de cinco trabalhos que foram publicados nas últimas duas décadas e que propõem os seguintes procedimentos, resumidamente expostos: definição dos descritores; localização dos bancos de pesquisas; estabelecimento de critérios para a seleção do material do corpus; levantamento dos trabalhos catalogados; coleta do material de pesquisa; leitura para síntese preliminar; organização do relatório do estudo e análise e elaboração das conclusões preliminares. Para o caso específico deste artigo, buscou-se a produção científica desenvolvida em teses e dissertações publicadas entre 2013 e 2021 e disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em pesquisa feita durante os meses de agosto e setembro de 2021. Após as etapas citadas, encontraram-se 6 dissertações e 4 teses potencialmente promissoras, cujos resumos e palavras-chave foram analisados e apontaram que não há trabalhos que tratem sobre o assunto específico da dissertação em questão, indicando o possível ineditismo da pesquisa.

Palavras-chave: Políticas de inclusão, América Latina, organismos multilaterais, estado da arte.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre os primeiros resultados a respeito do estado da arte acerca das políticas de inclusão para educação básica no contexto da América Latina, nomeadamente no Brasil, Bolívia e Uruguai, em especial no que se refere às influências dos organismos multilaterais nesses documentos. Sua produção está vinculada à dissertação de

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa que constitui um recorte do projeto intitulado “Influência dos organismos multilaterais na elaboração e implementação das políticas educacionais inclusivas e práticas pedagogicamente inovadoras na América Latina”, aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) através do edital de chamada pública nº 20/2020.

² Bolsista da CAPES e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação no Instituto Federal Catarinense - SC, barbaracanzianikristensen@gmail.com.

³ Professora orientadora: Doutora, Programa de Pós-graduação em Educação no Instituto Federal Catarinense - SC, idorlene.hoepers@ifc.edu.br.



uma das autoras' deste artigo, estudante do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação no Instituto Federal Catarinense (IFC), cujo objetivo geral é o de analisar como as recomendações dos organismos multilaterais influenciam a elaboração das políticas educacionais de inclusão desses países latino-americanos, a partir do estudo dessas políticas e dos documentos norteadores de organismos internacionais.

Essa dissertação encontra-se vinculada ao projeto de pesquisa intitulado “Influência dos organismos multilaterais na elaboração e implementação das políticas educacionais inclusivas e práticas pedagogicamente inovadoras na América Latina” (HOEPERS, 2020). Dito projeto foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) através do edital de chamada pública nº 20/2020, que faz parte do “Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para apoio aos grupos de pesquisa do Instituto Federal Catarinense (IFC)”. Esse programa fomenta pesquisas que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do estado de Santa Catarina. Com essa pesquisa, ainda em andamento, visamos a compreender em que medida as recomendações dos organismos multilaterais preocupam-se com a inclusão, como a concebem e de que modo impactam ou são incorporadas nas políticas educacionais desses países latino-americanos. Para isso, buscaremos elementos que possibilitem a identificação de recomendações dos organismos multilaterais nos textos dos documentos referentes a essas políticas. É importante mencionar que, neste momento, ignora-se até que ponto essas recomendações se materializam nos documentos oficiais que versam sobre as políticas educacionais, assim como ainda não existe um mapeamento das políticas de inclusão (HOEPERS, 2020).

Os países latino-americanos são frequentemente questionados e instados, pelos organismos multilaterais, a diminuir as desigualdades (HOSTINS; HOEPERS, 2017). Esse chamamento contribuiu com que se formulassem leis capazes de conduzir, nesses países, reformas no campo educacional, em especial no que se refere à inclusão, criando uma rede complexa de financiamentos, informações e conhecimento entre as autoridades administrativas, os especialistas no assunto e os próprios atores sociais, gerando políticas que difundiram a internacionalização de questões da educação (TEODORO, 2003). Sob essa perspectiva, pode-se dizer que o marco que reforça a presença e o investimento dos organismos multilaterais na educação foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia, convocada pela UNESCO, UNICEF, PNUD e o Banco Mundial. Com a influência desses organismos, o discurso econômico assumiu o protagonismo no novo modelo, tirando de cena os professores e a pedagogia. Esse modelo educativo, ao invés de melhorar a qualidade e eficiência da educação e os



aprendizados na escola pública entre os menos favorecidos está reforçando as tendências predominantes que (re)produzem ineficiência, má qualidade e desigualdade no sistema educativo (TORRES, 1996).

Nesse contexto, embora as políticas de inclusão devessem ser positivas, a lógica mercadológica imposta pelos organismos multilaterais que estão por trás delas prejudicam a qualidade do ensino. Como consequência, agravam-se as desigualdades do acesso ao saber e permite-se uma inversão nas funções da escola, em que o direito ao conhecimento é substituído pelas aprendizagens mínimas (LIBÂNEO, 2012). É nesse panorama que se enquadra a dissertação, que, inserida no seio do citado projeto aprovado pela FAPESC, constituirá uma referência para as discussões e elaboração de políticas de inclusão nos países da América Latina, trazendo frutos para a comunidade científica. Esses frutos materializam-se em especial ao relembrarmos a escassez de estudos sob essa perspectiva.

Para a escolha dos países objetos da dissertação, iniciamos uma pesquisa a partir daqueles que passaram por governos ditatoriais contemporâneos ao Brasil, sendo eles Guatemala, Paraguai, Argentina, Brasil, Bolívia, Peru, Chile, Uruguai e Nicarágua. Em seguida, observamos aqueles países cujas políticas de inclusão tivessem sido lançadas a partir do ano de 2008, tendo como referência o lançamento da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, ocorrido no Brasil nesse ano. Esse critério incluiu também Bolívia (2010), Chile (2010) e Uruguai (2008). Mantendo o Brasil como referência, observamos em quais desses países essas políticas foram propostas e inicialmente executadas por governos explicitamente de esquerda. Todos se encontravam nessa condição, com exceção do Chile que, embora tivesse aprovado a “*Ley sobre Igualdad de Oportunidades e Inclusión Social de Personas con Discapacidad*” (Lei sobre Igualdade de Oportunidades e Inclusão Social de Pessoas com Deficiência) em 10 de fevereiro de 2010, no governo de Michelle Bachelet, do Partido Socialista do Chile, o mandato de dita presidenta se encerrou no dia 11 de março de 2010. O próximo governo foi o de Sebastián Piñera, candidato independente eleito pela “*Coalición por el Cambio*” (Coalizão pela mudança), de centro-direita, motivo pelo qual o país foi excluído nesse recorte.

Considerando essa contextualização, este artigo busca apresentar os primeiros passos da construção de um estado da arte a respeito do que já foi discutido no que se refere às políticas de inclusão para educação básica no contexto da América Latina, em especial no Brasil, na Bolívia e no Uruguai, analisando-as sob a perspectiva dos estudos comparados. Dessa forma, o estado da arte aqui exposto objetiva mapear a produção científica desenvolvida sobre esse assunto em teses e dissertações publicadas entre os anos de 2013 e



2021. Busca-se, também, introduzir, na medida possível, uma discussão preliminar a partir desses resultados. Esses trabalhos foram consultados em duas plataformas: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em pesquisa feita durante os meses de agosto e setembro de 2021.

A respeito dos estudos de estado da arte, inicialmente seguimos os achados de Vosgerau e Romanowski (2014). As autoras indicam que há diferentes tipos de estudos que fazem revisões de literatura e de produções científicas, diferenciando-os em dois grandes grupos: as revisões que mapeiam e as revisões que avaliam e sintetizam. Entre os tipos do primeiro grupo encontra-se o estado da arte (referido pelas autoras também como “estado do conhecimento”). Neste tipo de estudo, analisam-se as produções bibliográficas de um determinado período em bases de dados, que pode ser ampla, limitada ou mista). Pierozan (2019) afirma que a sua leitura sobre o estado da arte permitiu que identificasse o uso dessa metodologia nas pesquisas sobre a educação brasileira a partir da década de 1980. Essas pesquisas serviram de apoio e de incentivo para novas investigações que continuaram esses estudos em outras temáticas. Neste sentido, trabalhos que têm como objeto o estado da arte adquirem sua relevância porque realizam levantamentos sobre temas variados, em períodos determinados, permitindo que se compreenda como fenômenos e temas vêm sendo estudados na educação do país. Estudos como este, portanto, não se limitam a identificar o que foi produzido, mas devem analisar, categorizar e trazer à luz perspectivas e enfoques variados, observar o movimento da área e sua configuração, as tendências teórico-metodológicas. Sua finalidade principal é o mapeamento, sendo especialmente útil como uma referência para justificar uma lacuna que a pesquisa em questão pretende preencher, caso, como se verá, da dissertação em questão (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Sob esse ponto de vista, a necessidade de estudos como esse justifica-se devido ao crescimento de trabalhos acadêmicos no campo educacional. Esse incremento exige que seja necessário fazer levantamentos a respeito do que já foi estudado, a fim de desenvolver o conhecimento a partir daquilo que ainda não se pesquisou. Estudos como o estado da arte contribuem significativamente com a constituição do campo teórico de determinada área, ao oferecerem um panorama diverso da pesquisa. Seus achados incluem: aportes significativos no âmbito teórico e prático, a identificação de experiências inovadoras e eficazes, o levantamento de restrições, entre outros (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Complementarmente, Pierozan (2019) indica que ainda existem poucas descrições



metodológicas que permitam sistematizar o que seria um estado da arte, especialmente porque grande parte dos trabalhos desse tipo descrevem de forma breve os procedimentos metodológicos sem se deterem em amplas pesquisas ou na sua teorização.

Dessa forma, essa escassez de teorias faz a própria definição de estado da arte ser difusa, podendo este tipo de estudo constituir-se de levantamentos sobre determinada área, avaliação do *status* da produção do conhecimento, estabelecimento de relações com produções anteriores, consolidação de áreas de conhecimento, verificação da multiplicidade e pluralidade de enfoques e perspectivas, etc. (ROMANOWSKI, 2002). Em resumo, Pierozan (2019) o define como uma maneira de aprofundar o conhecimento de um tema definido, considerando recortes como fonte de pesquisa e tempo. Além disso, a autora reforça que é um processo de análise de dados mediante o mapeamento, permitindo que se aponte como esse tema tem sido estudado, de que forma e quais suas potencialidades e limitações, respeitando os critérios predefinidos.

METODOLOGIA

Como vimos anteriormente, Pierozan (2019) explica que ainda existem poucas descrições metodológicas que orientem e descrevam uma pesquisa desse tipo, complementando que esses estudos são flexíveis e múltiplos. Ademais, não há um roteiro específico a seguir, especialmente porque tópicos, categorias, agrupamentos são típicos de cada objeto e objetivo de pesquisa. Complementarmente, a autora ressalta que, para realizar um estado da arte, é necessário um problema de pesquisa e uma pergunta clara, relativa ao tema desenvolvido, a fim de que os recortes que implicam na delimitação de tempo e outros sejam mais efetivos. Para o caso específico deste estado da arte, a partir do contexto que expusemos, ainda que brevemente, na introdução deste artigo, buscamos pesquisas que respondessem à seguinte pergunta: De que forma os organismos multilaterais influenciam as políticas de inclusão para educação básica no Brasil, Bolívia e Uruguai?

Dando início à pesquisa, cumprimos os procedimentos propostos por Romanoswki (2002), que são, em resumo: a) definição dos descritores para direcionar as buscas; b) localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos etc. que proporcionem acesso aos textos; c) estabelecimento de critérios para a seleção do material do *corpus*; d) levantamento de teses e dissertações catalogadas; e) coleta do material de pesquisa; f) leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área; g)



organização do relatório do estudo compoendo a sistematização, identificando tendências de temas abordados e as relações indicadas dos documentos analisados e h) análise e elaboração das conclusões preliminares.

Inicialmente, definimos 16 descritores (e seus operadores booleanos) que seriam utilizados para direcionar as buscas. Em seguida, por considerar ainda o estágio inicial da pesquisa, optamos por realizar a busca, durante os meses de agosto e setembro de 2021, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como critérios para seleção do material, optamos por refinar a busca utilizando dois filtros: o de data e o de área do conhecimento (embora este último tivesse que ser adaptado, como explicaremos adiante). Em relação à data, determinamos que deveriam ser pesquisadas teses e dissertações entre os anos de 2013 e 2021. A escolha do ano inicial dá-se em virtude da criação da Plataforma Sucupira que, desde 2014 (recolhendo dados de 2013), disponibiliza o acesso a esses documentos de maneira uniformizada. É importante mencionar que, quando aplicamos o filtro “Área do Conhecimento (Educação)” na BDTD, muitos resultados apareceram zerados, o que pareceu nos indicar algum problema na hora de o sistema fazer a filtragem. Decidimos, portanto, refazer a pesquisa, indicando somente o filtro do ano da publicação, o que aumentou consideravelmente os resultados, mostrando trabalhos que não fossem da área da educação. Neste sentido, a filtragem nesta base de dados foi feita de forma não automatizada.

Seguindo a sugestão dos procedimentos proposta por Romanowski (2002), fizemos o levantamento das teses e dissertações catalogadas. A partir desses resultados, iniciamos a seleção pela leitura dos títulos, a fim de fazer um levantamento preliminar, selecionando-se, ao total, entre as duas plataformas, dez trabalhos potencialmente promissores, sendo seis dissertações e quatro teses. Ferreira (2002) alerta que, em trabalhos acadêmicos, o título muitas vezes não indica exatamente sobre o que se trata a pesquisa e que, por isso, a leitura a ser feita para esse tipo de organização deve ir além deles, avançando-se para as palavras-chave e resumos. Esses itens são incluídos com o intuito de divulgar mais abrangentemente esses trabalhos. Procedemos, portanto, a essa leitura, seguindo os pressupostos de Romanowski (2002) que, a respeito da análise dos resultados, indica as seguintes etapas: a) leitura inicial focando autoria, o programa de pós-graduação, o tema e a contextualização das problemáticas; b) leituras para identificação de objetivos, epistemologia, análises teóricas, metodologia, procedimentos, análise de dados e resultados do trabalho; c) leitura direcionada para analisar as relações estabelecidas entre o pesquisador e a pesquisa; d) leitura



verticalizada, analisando cada texto individualmente; e) leitura horizontal buscando obter uma visão de conjunto. Após essa leitura, organizamos um terceiro quadro, com colunas contendo as seguintes informações: autoria, título, local, ano, tipo (tese ou dissertação), palavras-chave, objetivos, metodologia, resultados e descritores, sobre os quais discutiremos no item a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram pesquisados 16 descritores e obtivemos resultado superior a zero nos dois catálogos em 13 deles, gerando um total de 260 trabalhos (excluindo-se as repetições entre as bases de dados). Desses, analisando o título, selecionamos 10 trabalhos potencialmente relacionados aos objetivos da pesquisa, encontrados através dos seguintes descritores: a) “políticas de inclusão” AND educação básica AND América Latina; b) inclusão AND América Latina AND educação básica; c) inclusão AND "América Latina" AND "educação básica"; d) inclusão AND "políticas de inclusão" AND "América Latina"; e) "América Latina" AND "Educação Básica"; f) "América Latina" AND "Educação Básica" AND “organismos internacionais”; g) políticas de inclusão AND organismos internacionais e h) inclusão AND educação AND Uruguai. Procedemos à leitura dos resumos desses dez trabalhos, analisando seus objetivos, metodologia e resultados. É importante mencionar que, em alguns casos, foi necessário recorrer ao corpo do texto para recolher informações que garantissem a compreensão desses elementos. Considerando as limitações deste trabalho, versaremos brevemente sobre objetivos e metodologia, fazendo um levantamento superficial e nos deteremos com um pouco mais de profundidade nos resultados, que consideramos mais importantes para este artigo.

Por se tratar de objetos de pesquisa muito diversos, houve variedade nos objetivos. No entanto, dos dez trabalhos estudados, seis usam o verbo “analisar”, a saber: Amorim (2019), Borowsky (2016), Moura (2015), Martins (2013), Roriz (2020) e Santos (2020). Dois usam expressões semelhantes: “fazer uma análise” (Damasceno, 2019) e “desenvolver uma análise” (Souza, 2019). Os outros dois, Martins (2019) e Rigo (2017), utilizaram o verbo “investigar”. Considerando a taxonomia revisada de Bloom (ANDERSON; KRATHWOHL, 2001), ambos verbos (analisar e desenvolver) se encontram no quarto nível do domínio do processo cognitivo. Analisar significa partir o objeto em suas partes constituintes e determinar como elas estão relacionadas umas com as outras e com uma estrutura geral. Cabe ressaltar que objetivos como esse incluem aprender a determinar partes importantes de uma mensagem (diferenciação), as formas como os componentes de uma mensagem são organizados



(organização), e o propósito da mensagem (atribuição), podendo-se considerar a análise como uma extensão da compreensão ou o primeiro passo para os próximos níveis: avaliar ou criar (ANDERSON; KRATHWOHL, 2001).

Em relação aos aspectos metodológicos, Amorim (2019) e Souza (2017) apresentaram estudos comparados através de pesquisa bibliográfica e documental; Borowsky (2016), Damasceno (2019), Moura (2015) e Santos (2020) também fazem pesquisa documental, mas com abordagens diferenciadas. Somente Roriz (2020) apresentou pesquisa bibliográfica. Martins (2013) fez uma pesquisa de campo com entrevistas e observação; Martins (2019) trabalhou com a abordagem relacional e Rigo (2017) valeu-se das teorias foucaultianas e suas ferramentas analíticas para analisar os resultados de pesquisa documental e de campo, através de observação participante.

No que se refere aos resultados, a dissertação de Amorim (2019), que versa sobre direito à educação superior para pessoas com deficiência no Brasil e Uruguai entre 2006 e 2016, indica que ambos os países apresentaram indicadores relacionados à inclusão dessas pessoas. Essas nações realizaram medidas legislativas para a concretização de metas e tendo presente nos discursos de ambos o combate à pobreza, a efetivação de políticas para a diversidade, inclusão educacional e acessibilidade.

A dissertação de Borowsky (2016) trata sobre contradições das políticas de educação especial no Brasil, na perspectiva da inclusão, entre 2003 e 2014. Os seus resultados indicam que no processo de essas políticas passarem para o campo das políticas de inclusão, havia sujeitos coletivos (movimentos sociais protagonizados pelas pessoas com deficiência, organismos internacionais, governo federal e instituições privado-assistenciais) com diferentes concepções de inclusão. Ressalta-se, também que a definição de inclusão encontrada nas políticas públicas de educação especial é pouco profunda.

O trabalho de Damasceno (2019), dissertação que versa sobre a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva a partir da educação popular, apresenta como resultados a denúncia sobre condições em que os agentes da educação estão inseridos nas escolas, distantes do disposto na Política Nacional de Educação Especial. Além disso, a pesquisa constata os anúncios de uma educação transformadora tendo os movimentos populares um papel fundamental na luta de direitos e garantias das pessoas com deficiências, mostrando que a Política, mesmo limitada, é um avanço.

A tese de Martins (2019) versa a respeito do empresariamento da educação básica na América Latina. Suas conclusões indicam que a reorganização empresarial onde incidem



políticas educativas devem ser compreendidas como parte de um projeto hegemônico que tem como interesse geral a acumulação e a ascensão de interesses particulares.

Martins (2013), na dissertação sobre práticas Pedagógicas com o Plano Ceibal para a inclusão escolar no Uruguai, apresenta como resultado a falta de preparo para a implementação do dito plano. Complementarmente, também percebe a escassez de formação tecnológica, em especial para utilizar tais recursos tecnológicos com alunos com deficiência. Como consequência, ocorreu uma grande evasão desses alunos, que saíram do sistema regular para a Escola Especial.

A dissertação de Moura (2015), que trata a respeito de políticas de educação inclusiva para pessoas com deficiência no Brasil, apontou que a implementação dessas políticas não resultou na transformação do sistema de ensino brasileiro. Complementarmente, percebeu-se que isso permitiu aos discursos das legislações brasileiras interpretações antagônicas que limitam a proposta de inclusão para essas pessoas, em grande medida, na garantia do acesso à escola regular.

Rigo (2017), aborda, em sua tese, uma investigação dos efeitos provocados pelos enunciados sobre as diferenças, na pedagogia atualmente. Seus resultados indicam a compreensão dual da inclusão como um dispositivo biopolítico da governamentalidade neoliberal, operando processos de sensibilização e de normalização, mas também um dispositivo multilinear, que provoca outras formas de condução dos sujeitos. Essas formas produzem efeitos sobre as pedagogias da escola, visto que a inclusão escolar, embora dê essa impressão, não captura as diferenças porque as encara como diversidade e como pluralidade. As diferenças são manifestações improváveis, em constante mudança, e, portanto, não podem ser identificadas e fixadas como representação, visto que não estão fixas no sujeito ou na sua identidade, sendo resultados das relações entre as pessoas.

Roriz (2020) versa sobre a base nacional comum curricular e as influências neoliberais na sua construção. Sua dissertação conclui que não houve legitimidade no processo de implantação e elaboração de um currículo básico no caso da reforma no Ensino Médio.

Santos (2020) apresenta uma dissertação sobre a influência dos organismos multilaterais na política educacional para a juventude na Era FHC. Seus resultados apontam a aplicação da Teoria do Capital Humano, havendo a intensificação da orientação da juventude para o ensino profissional e técnico em detrimento do ensino propedêutico. Neste sentido, conclui que se forma o jovem segundo a lógica do produtivismo, da competitividade e da meritocracia.



Souza (2017), finalmente, na tese que traz um estudo comparado a respeito do direito à educação nos países membros do Mercosul, conclui que o direito à educação se consolidou na legislação dos países, demonstrando um avanço progressivo. Também percebeu o aumento das matrículas, mas com assimetrias entre as prioridades dos países, reconhecendo-se as lacunas de investigação que o texto ainda deixa abertas.

Pudemos observar, genericamente falando, que os trabalhos abordam parte dos temas da dissertação que origina este estado da arte, como a influência dos organismos multilaterais da educação a partir das reformas neoliberais e o tema da inclusão, embora no caso das pesquisas levantadas é importante ressaltar que fica em evidência a educação especial. No entanto, pôde-se constatar que não há trabalhos nas bases de dados pesquisadas que tratem sobre de que forma as recomendações dos organismos multilaterais influenciam a elaboração das políticas educacionais de inclusão do Brasil, Bolívia e Uruguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos na introdução deste artigo, o estado da arte tem notável relevância para o âmbito acadêmico. Complementarmente, também é válido observar que estudos como esse colocam quem pesquisa em uma condição favorável, visto que aumentam o conhecimento do assunto em questão e proporcionam a retomada e a proximidade com os objetivos iniciais de pesquisa (PIEROZAN, 2019).

Neste sentido, é importante observar que, como explicamos, um dos objetivos da dissertação que originou este estado da arte é oferecer uma referência para discutir a influência dos organismos multilaterais nas políticas de inclusão de países da América Latina. Esses objetivos também consideram a escassez de estudos na área, o que pudemos observar com esse estado da arte, pelo menos na sua fase inicial. Isso indica um possível ineditismo do trabalho e faz com que a necessidade de pesquisas como essa seja ainda mais evidente. Estudos como essa dissertação poderão cobrir as lacunas existentes na produção científica sobre esse assunto (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

É portante considerar, todavia, que, como toda pesquisa, o trabalho de mapear e analisar essas fontes ainda não está concluído. O caminho neste sentido ainda é longo, especialmente se considerarmos que, a partir de novos olhares, à medida que construímos o conhecimento, poderemos ainda propor novos descritores que sejam mais específicos em relação aos caminhos que a pesquisa pode tomar. Complementarmente, em relação aos textos



que já mapeamos, consideramos que a análise ainda é superficial, o que pode nos permitir perceber, no futuro breve, diversas possibilidades de interpretação e de análise desses textos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, L. W.; KRATHWOHL, D. R. *A taxonomy for learning, teaching, and assessing*. New York: Longman, 2001.

AMORIM, M. M. *Direito a educação superior para pessoas com deficiência no Brasil e Uruguai: estudo comparativo no decênio da inclusão – 2006-2016*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BOROWSKY, F. *Contradições das políticas de Educação Especial no Brasil (2003-2014) na perspectiva da inclusão*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DAMASCENO, J. C. B. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: uma análise documental a partir da educação popular*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2019.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

HOEPERS, I.S. *Influência dos organismos multilaterais na elaboração e implementação das políticas educacionais inclusivas e práticas pedagogicamente inovadoras na América Latina*. 2020. Projeto de pesquisa – Instituto Federal Catarinense, Camboriú, 2020.

HOSTINS, R. C. L.; HOEPERS, I. S. Transferência e mobilidade de políticas de Educação Superior na América Latina em tempos neoliberais. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 25, n. 120, p. 1-19, 2017.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARCONDES, M. A. S. Educação comparada: perspectivas teóricas e investigações. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 1, pp. 139-163, 2005.

MARTINS, E. M. *Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MARTINS, M. del C. C. *Práticas Pedagógicas com o Plano Ceibal para a Inclusão Escolar: estudo de caso em escolas do Uruguai*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MOURA, A. C. da S. *Políticas de educação inclusiva no Brasil: uma análise da educação escolar para as pessoas com deficiência*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2015.

PIEROZAN, S.S. H. *Uma década de estudos sobre o Plano de Ações Articuladas - PAR: revisão sistemática das produções acadêmicas*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

RIGO, N. M. *Outras pedagogias, outras subjetividades: do dispositivo da inclusão escolar, um enunciado sobre as diferenças*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ROMANOWSKI, J. P. *As licenciaturas no Brasil: Um balanço das Teses e Dissertações dos anos 90*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

RORIZ, E. O. M. *A base nacional comum curricular e as influências neoliberais na sua construção*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2020.

SANTOS, M. G. *Política educacional na Era FHC (1995-2002): juventude, trabalho e a influência dos organismos multilaterais*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SOUZA, K. R. *Direito à educação nos países membros do Mercosul: um estudo comparado*. 2017. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.

TEODORO, A. *Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação*. São Paulo: Cortez, 2003.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J; HADDAD, S. (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 125-193.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.